



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 34ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810520

Processo nº **0033528-27.2019.8.17.2001**

AUTOR: VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**SENTENÇA**

Vistos, etc...

**VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO** qualificada e regularmente representado, ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** contra a **SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIOS DPVAT E OUTROS**, também qualificada, aduzindo, em resumo, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 23/12/2015, do qual resultou debilidade permanente; que requereu o pagamento da indenização securitária administrativamente, porém recebeu apenas a quantia R\$ 843,75.

As partes rés apresentaram contestação de Id. 47978094 aduzindo, em síntese que o valor já foi pago administrativamente.

Foi designada a realização de perícia e o laudo do perito judicial, Id.59344191, foi conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu **dano anatômico e/ou funcional definitivo no membro inferior esquerdo**, sendo a lesão de **grau leve (25%)**.

**É o que havia de importante para relatar.  
Decido.**

O feito encontra-se maduro para julgamento, a teor do art. 355, I, do NCPC, porque a matéria de fato já se encontra devidamente provada.

O pedido inicial é de pagamento da indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, cujo risco é coberto pelo seguro obrigatório, popularmente conhecido como DPVAT.

O caso encontra regulação na Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro DPVAT.

O art. 3º da Lei 6.194/74, mais especificamente seu inciso II, estabelece o *quantum*



indenizatório devido à vítima permanentemente inválida em razão de danos causados pelos veículos automotores de via terrestre. Diz a regra: “Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”.

A norma estabelece os critérios de fixação da indenização e, em tabela anexa, as variações no que tange ao grau de invalidez. Referida tabela estabelece o teto indenizatório para cada espécie de lesão, devendo ser avaliada a extensão desta no caso concreto para se chegar ao *quantum* devido quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta (hipótese dos autos), conforme determina o art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74.

A parte ré **apresentou impugnação ao laudo pericial** (Id. 60104121) solicitando esclarecimentos ao perito em relação a apuração da lesão no membro inferior esquerdo. Intimado para se manifestar o perito informou que no caso em tela, o autor apresentou uma fratura diafisária da tíbia (meio da perna) e um edema crônico em toda a sua perna esquerda. (Id 63957637).

**Rejeito a impugnação** ao laudo pericial, em razão de toda a documentação apresentada e os esclarecimentos prestados pelo perito judicial.

No caso em apreço, o laudo médico (Id.59344191) é conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu, em decorrência de acidente de trânsito, um dano anatômico e/ou funcional definitivo em seu membro inferior esquerdo, enquadrando-o no percentual de 25%. Assim, para a obtenção do valor indenizatório deve-se utilizar o **valor limite da indenização** (R\$ 13.500,00), já que a invalidez é permanente; multiplicar por 70%, já que ocorreu **uma perda anatômica/ e ou funcional do membro inferior esquerdo**; e o resultado obtido deve ser multiplicado por 25%, uma vez que a perícia indicou que houve **perdas de repercussão leve**.

$$R\$ 13.500,00 \times 70\% \times 25\% = R\$ 2.362,50$$

Logo, deduzindo-se do montante devido (R\$ 2.362,50) a incontroversa verba já paga à autora (R\$ 843,75), remanesce àquela o crédito de R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)

Isto posto, com base nos dispositivos legais antes mencionados, ao tempo em que rejeito a preliminar, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** extinguindo o feito com exame do mérito, o que faço com base no art. 487, I, CPC/2015, condenando a ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 1.518,75 ( mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) que deverá ser corrigido pela tabela ENCOGE desde a data do evento danoso, nos termos da súmula nº 580 do STJ, até a efetiva quitação, acrescido dos juros moratórios, a partir da citação válida até o efetivo pagamento.

Em conformidade com o art.86, parágrafo único, do NCPD, tendo em vista a sucumbência mínima da demandada, condeno o autor ao recolhimento das custas e ao pagamento da verba honorária de 10% sobre R\$ a diferença entre o pedido do autor e aquilo que realmente deve ser pago, com a ressalva de suspensão da exigibilidade do pagamento dos termos do art. 98, § 3º, CPC/2015 para a parte beneficiária da justiça gratuita ora deferida.

Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (duzentos reais) (Id.56763167)

**Publique-se. Registre-se e Intime-se.**



Recife, 03 de setembro de 2020.

Lara Corrêa Gambôa da Silva  
**Juíza de Direito**  
**34vc10b**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0033528-27.2019.8.17.2001

AUTOR: VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 34ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 67455894, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc... VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO qualificada e regularmente representado, ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra a SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIOS DPVAT E OUTROS, também qualificada, aduzindo, em resumo, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 23/12/2015, do qual resultou debilidade permanente; que requereu o pagamento da indenização securitária administrativamente, porém recebeu apenas a quantia R\$ 843,75. As partes rés apresentaram contestação de Id. 47978094 aduzindo, em síntese que o valor já foi pago administrativamente. Foi designada a realização de perícia e o laudo do perito judicial, Id.59344191, foi conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo no membro inferior esquerdo, sendo a lesão de grau leve (25%). É o que havia de importante para relatar. Decido. O feito encontra-se maduro para julgamento, a teor do art. 355, I, do NCPC, porque a matéria de fato já se encontra devidamente provada. O pedido inicial é de pagamento da indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, cujo risco é coberto pelo seguro obrigatório, popularmente conhecido como DPVAT. O caso encontra regulação na Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro DPVAT. O art. 3º da Lei 6.194/74, mais especificamente seu inciso II, estabelece o quantum indenizatório devido à vítima permanentemente inválida em razão de danos causados pelos veículos automotores de via terrestre. Diz a regra: "Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;". A norma estabelece os critérios de fixação da indenização e, em tabela anexa, as variações no que tange ao grau de invalidez. Referida tabela estabelece o teto indenizatório para cada espécie de lesão, devendo ser avaliada a extensão desta no caso concreto para se chegar ao quantum devido quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta (hipótese dos autos), conforme determina o art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74. A parte ré apresentou impugnação ao laudo pericial (Id. 60104121) solicitando esclarecimentos ao perito em relação a apuração da lesão no membro inferior esquerdo. Intimado para se manifestar o perito informou que no caso em tela, o autor apresentou uma fratura diafisária da tíbia (meio da perna) e um edema crônico em toda a sua perna esquerda. (Id 63957637). Rejeito a impugnação ao laudo pericial, em razão de toda a documentação apresentada e os esclarecimentos prestados pelo perito judicial. No caso em apreço, o laudo médico (Id.59344191) é conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu, em decorrência de acidente de trânsito, um dano anatômico e/ou funcional definitivo em seu membro inferior esquerdo, enquadrando-o no percentual de 25%. Assim, para a obtenção do valor indenizatório deve-se utilizar o valor limite da indenização (R\$ 13.500,00), já que a invalidez é permanente; multiplicar por 70%, já que ocorreu uma perda anatômica/ e ou funcional do membro inferior esquerdo; e o resultado obtido deve ser multiplicado por 25%, uma vez que a perícia indicou que houve perdas de repercussão leve.  $R\$ 13.500,00 \times 70\% \times 25\% = R\$ 2.362,50$  Logo, deduzindo-se do montante devido (R\$ 2.362,50) a incontroversa verba já paga à autora (R\$ 843,75), remanesce àquela o crédito de R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) Isto posto, com base nos dispositivos legais antes mencionados, ao tempo em que rejeito a preliminar, julgo PROCEDENTE EM PARTE extinguindo o feito com exame do



*mérito, o que faço com base no art. 487, I, CPC/2015, condenando a ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 1.518,75 ( mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) que deverá ser corrigido pela tabela ENCOGE desde a data do evento danoso, nos termos da súmula nº 580 do STJ, até a efetiva quitação, acrescido dos juros moratórios, a partir da citação válida até o efetivo pagamento. Em conformidade com o art. 86, parágrafo único, do NCP, tendo em vista a sucumbência mínima da demandada, condeno o autor ao recolhimento das custas e ao pagamento da verba honorária de 10% sobre R\$ a diferença entre o pedido do autor e aquilo que realmente deve ser pago, com a ressalva de suspensão da exigibilidade do pagamento dos termos do art. 98, § 3º, CPC/2015 para a parte beneficiária da justiça gratuita ora deferida. Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (duzentos reais) (Id.56763167) Publique-se. Registre-se e Intime-se. Recife, 03 de setembro de 2020. Lara Corrêa Gambôa da Silva Juíza de Direito 34vc10b "*

RECIFE, 22 de setembro de 2020.

**LAINE HANNA REIS RAPOSO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0033528-27.2019.8.17.2001

AUTOR: VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 34ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF 009.226.694-06**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO: 040 - CONTA: 01775778-1**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 67455894**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafo: "(Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (duzentos reais) (Id.56763167))".

Eu, LAINE HANNA REIS RAPOSO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 22 de setembro de 2020.

**CARMEN MAGALHÃES DE ANDRADE PEDROSA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**LARA CORRÊA GAMBÔA DA SILVA**

**Juíza de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.  
Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0033528-27.2019.8.17.2001

AUTOR: VINNICIUS DE LIMA SANTOS MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 23.10.2020, e que, na data de hoje, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 4 de novembro de 2020.

**LAINÉ HANNA REIS RAPOSO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

